



DECLARAÇÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE CORTES SUPREMAS DO MERCOSUL E ASSOCIADOS

Por ocasião do 5º Encontro de Cortes supremas do MERCOSUL e Associados, realizado na cidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil, de 8 a 9 de novembro de 2007, os representantes dos Tribunais Supremos integrantes do Fórum Permanente deliberaram adotar e

REGISTRAR

Que nos instrumentos fundacionais do MERCOSUL declarou-se que o Estado de Direito é essencial para o funcionamento do processo de integração.

Que o exercício pleno da função judicial através dos órgãos institucionalmente previstos é um elemento primordial para que esse compromisso seja uma realidade ao alcance dos cidadãos.

Que apenas um Poder Judiciário independente e com meios apropriados pode garantir o respeito das instituições, dos direitos fundamentais dos habitantes e da segurança jurídica.

Que é dever dos demais poderes dos Estados respeitar a garantia de inamovibilidade dos juízes em seus cargos, e a autonomia do Poder Judiciário.

Que o fortalecimento das instituições independentes promoverá o bem-estar dos povos. Todo agravo, ataque ou enfraquecimento direto ou indireto dos poderes judiciários somente trará penúrias e injustiças para os habitantes de nossa terra.

Pelo qual DECLARAM

Que os poderes judiciários do MERCOSUL e associados promoverão a cooperação para o fortalecimento institucional de cada um deles.

Que todos os países que integram o MERCOSUL devam continuar e aprofundar as políticas públicas destinadas a favorecer a independência dos poderes judiciários e o império do Estado de Direito.

Ricardo Luis Lorenzetti
Corte Suprema de Justiça da Nação da
República Argentina

Ellen Gracie
Supremo Tribunal Federal da
República Federativa do Brasil

Antonio Fretes
Corte Suprema de Justiça da
República do Paraguai

Sara Bossio Reig
Suprema Corte de Justiça da
República Oriental do Uruguai

Angel Irusta Pérez
Corte Suprema de Justiça da Bolívia

Juan Colombo Campbell
Tribunal Constitucional do Chile

Sigifredo de Jesús Espinosa Pérez
Corte Suprema de Justiça da
República da Colômbia

Fernando Alberto Calle Hayen
Tribunal Constitucional do Peru

Carlos Oswaldo Salgado Espinoza
Tribunal de Justiça da
Comunidade Andina

Testemunhas,

Gilmar Mendes
Supremo Tribunal Federal da
República Federativa do Brasil

José Raúl Torres Kirmser
Corte Suprema de Justiça da
República do Paraguai

Carlos Eduardo Caputo Bastos
Centro de Estudos de Direito Internacional